

Lâmpadas incandescentes

Por Claudia Sá

Até quando elas vão resistir?

SUSTENTABILIDADE. ESTA É A PALAVRA DE ORDEM. DEPOIS que o mundo se deu conta que é preciso usar os bens naturais com parcimônia, o mercado que está sempre de olho na oportunidade da vez, virou o seu foco para a ecologia. Hoje, das pequenas empresas às multinacionais, todas têm o seu “braço” verde.

E isso não é bom? Sim, claro, mas os ambientalistas agora temem que essa enxurrada de ações pró meio ambiente acabe se tornando tão ou mais prejudiciais que os velhos hábitos, pela pressa de ser executada, já que a regra número um na selva dos negócios é chegar primeiro.

No que diz respeito à eficiência energética, o mundo parece ter elegido o seu grande vilão, ou melhor, vilã – a velha lâmpada incandescente. Países como a Austrália e a Irlanda e o Estado norte-americano da Califórnia já saíram na frente e proibiram o uso do produto.

A campanha, que tem ganhado força por toda a Europa, chegou às terras brasileiras. Tramita na Câmara dos

Deputados um projeto de lei, de autoria do deputado cearense Arnon Bezerra, que pretende proibir a fabricação, a venda e o uso das lâmpadas incandescentes no País, a partir de 2010.

Polêmica

A proibição do uso dessa tecnologia seria eficiente para resolver a escassez da energia elétrica? As lâmpadas fluorescentes compactas (FLCs) que têm sido apresentadas como substitutas das incandescentes são realmente ecológicas porque duram mais? Estas são algumas das questões levantadas pelos que discordam da proposta, que vão de entidades de classe a profissionais ligados ao setor.

A presença de mercúrio na composição das FLCs, metal altamente nocivo ao meio ambiente, está no centro da discussão, já que o principal apelo da campanha pelo banimento das incandescentes é o impacto ambiental causado por elas, por desperdiçarem energia.



Para a Associação Internacional de Lighting Designers Profissionais (IALD), sediada nos Estados Unidos e de alcance mundial, a falha dessa ação reside na proibição do uso indistinto desse tipo de lâmpadas. Em nota oficial divulgada à imprensa, em março último, a instituição afirma que a questão deve ser tratada com cautela, caso contrário corre o risco de ser ineficiente.

Entre os argumentos da entidade estão: a inexistência de uma tecnologia que substitua as lâmpadas incandescentes para alguns usos e os danos que uma proibição imediata provocaria ao meio ambiente, devido à quantidade de lixo que produziria. “As lâmpadas incandescentes não devem ser proibidas até que suas recolocações estejam provadas ser uma melhoria ambiental total”, afirmou trecho da nota.

O lighting designer brasileiro Ginter Parschalk, que tem seu trabalho reconhecido internacionalmente e é um dos diretores da Associação Brasileira de Arquitetos de Iluminação (Asbai), é uma das vozes dissonantes ao banimento. “O movimento de proibir, além de ineficiente, compromete muito mais o impacto ambiental e de uma forma mais nociva”, disse.

Ginter, segundo informou, é um dos convidados da Associação Inglesa de Lighting Designers para palestrar em um seminário em Londres, em setembro próximo, que pretende orientar as autoridades daquele país sobre os prejuízos que a medida pode provocar ao meio ambiente, já que a Inglaterra também possui o seu projeto de lei.

“A escassez da energia elétrica no mundo é fruto do crescimento populacional. É uma questão séria e complexa que não pode ser resolvida com a simples substituição das lâmpadas incandescentes e, posteriormente halógenas, por fluorescentes”, argumentou.

O lighting designer lembra, ainda, que as lâmpadas fluorescentes são econômicas quando usadas em locais onde não sejam acesas e apagadas com frequência, como os ambientes de trabalho, por consumirem uma grande carga de energia ao serem ligadas. Em residências, por exemplo, onde não há controle de quantas vezes as lâmpadas são acionadas, o consumo pode continuar alto após a troca das incandescentes pelas fluorescentes.

Quem apóia

São inúmeras as entidades que apóiam a substituição das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes no mundo. Entre elas, o Greenpeace, que lidera uma campanha, iniciada em 2007, em Berlim, pelo banimento das incandescentes. Nessa ocasião, um ativista esmagou dez mil lâmpadas com um rolo-compressor, em frente ao Portão de Brandenburgo,

às vésperas do encontro entre ministros europeus e representantes dos países-membros do G8 na cidade alemã.

No Brasil, um dos maiores apoiadores da substituição das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes é a Associação Brasileira de Importadores de Produtos de Iluminação, a ABilumi, que representa os interesses das empresas de importação e distribuição de equipamentos de iluminação.

Segundo o presidente da entidade, Alexandre Cricci, “um dos principais objetivos da associação é criar campanhas nacionais de conscientização da população para a substituição das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes”. No entanto, faz ressalvas ao projeto de lei brasileiro. “A proposta precisa passar por alguns ajustes. Um deles é o prazo, que é muito curto”, declarou.

O projeto de lei brasileiro

O projeto de lei que tramita no congresso, de autoria do deputado Arnon Bezerra, propõe a proibição da fabricação, importação, venda e uso das lâmpadas incandescentes comuns, a partir de 1º de janeiro de 2010, e sua substituição pelas fluorescentes compactas. A proposta também determina que os fabricantes e comerciantes que descumprirem a lei estarão sujeitos à multa e outras sanções.

Para que as comunidades mais carentes tenham acesso às FLCs, que são, em média, cinco vezes mais caras que as incandescentes, o deputado sugere a distribuição gratuita das lâmpadas. Os recursos, segundo Bezerra, viriam dos programas de eficiência energética dos governos estaduais. “Qual o problema de as próprias estatais de energia subsidiarem, como já estão fazendo, ou doarem lâmpadas de baixo consumo para os mais pobres? Isso representará mais lucro para as próprias distribuidoras, uma vez que haverá menos desperdício”, questionou o deputado.

Ele cita como exemplos, os programas da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Light (RJ), que têm distribuído geladeiras eficientes e substituindo lâmpadas e fiações antigas para as populações de baixa renda.

“A Coelba já trocou 800 geladeiras para seus clientes. A Celpe vai empregar 1,9 milhão na distribuição de cerca de 1.300 geladeiras para consumidores de baixa renda, e a Light vai doar 600 eletrodomésticos desse tipo, num projeto piloto. Paralelamente à substituição da geladeira, as três concessionárias incluem ações de troca das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes e também da fiação elétrica das residências contempladas”, argumentou.

Incandescentes



Prós:

- + São consideradas lixo comum, o que significa que o descarte não causa grandes danos ao meio ambiente;
- + Têm índice de reprodução de cor de 100%, valor ainda não alcançado por nenhuma outra tecnologia;
- + São em média de 5 vezes mais baratas do que as concorrentes.

Contras:

- Utilizam apenas 5% da energia que consomem, transformando os outros 95% em calor;
- Têm vida curta, em torno de 700 a 1000 horas (um ano).

Fluorescentes



Prós:

- + Consomem de 4 a 5 vezes menos energia que as lâmpadas comuns (incandescentes);
- + Têm longa vida; algumas chegam a durar até 6000 horas (seis anos);
- + Trabalham em baixa temperatura;
- + Estão disponíveis com aparências de cor desde o branco-quente até o branco-frio.

Contras:

- Possuem mercúrio em sua composição, que é altamente tóxico;
- Têm um índice de reprodução de cor de até 85%;
- Praticamente todas as lâmpadas fabricadas no mundo têm baixo fator de potência;
- São mais caras que as incandescentes.

O impacto na indústria

Para a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), o projeto de lei, se aprovado do jeito que está, será danoso ao País, por não haver produção nacional de lâmpadas fluorescentes e o prazo não permitir que o setor se ajuste às novas regras. “A substituição abrupta das lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas causaria danos aos consumidores, aos fabricantes e ao País, disse o coordenador do Grupo Setorial de Lâmpadas da associação”, Isac Roizenblatt.

A troca, segundo Isac, deveria ser progressiva e abrir exceções para alguns usos. “Sou a favor de um programa de conservação de energia que limite a comercialização das lâmpadas incandescentes de forma gradativa, a exemplo dos programas europeu “Make the Switch” e norte-americano “H.R. 6”, que consideram um período de cerca de dez anos e ainda permitem algumas exceções para lâmpadas de aplicações especiais”, declarou.

Isac lembra também que o Brasil, desde o apagão, tornou-se um dos maiores consumidores, per capita, de lâmpadas fluorescentes compactas, o que, segundo ele, demonstra que a lei é desnecessária para transição de uma tecnologia para outra. “Praticamente uma de cada quatro lâmpadas residenciais comercializadas é fluorescente compacta e, em relação às instaladas, a proporção deve estar em torno de uma compacta para três incandescentes”, avaliou.

Outra questão levantada pela Abilux é a qualidade e o desempenho das lâmpadas importadas, que, segundo

a associação, devem ser regulamentados e fiscalizados. “Já foram importadas mais de 500 milhões de lâmpadas fluorescentes compactas e se estas tivessem a vida que está escrita nas embalagens, não haveria espaço hoje para as lâmpadas incandescentes. Logo, fica claro que há lâmpadas no mercado de baixa qualidade”, calculou Isac.

Reciclagem

Um dos principais desafios dos governos para viabilizar a utilização massiva das lâmpadas fluorescentes sem grandes prejuízos para as populações e o meio ambiente é a reciclagem, já que o mercúrio, um de seus componentes, pode contaminar os lençóis freáticos. Um trabalho árduo a ser feito, visto que ainda existem poucas recicladoras no mundo. No Brasil, existem em torno de dez, apenas.

Para Ginter o grande obstáculo a ser vencido é fazer com que os equipamentos utilizados em residências retornem à cadeia produtiva. “Enquanto uma lâmpada fluorescente tubular é bem empregada numa empresa, onde a reciclagem pode ser feita facilmente sob orientações dos governos, nas residências esta operação se torna inviável, porque o uso é pulverizado” opinou Ginter.

O lighting designer adianta que tem um projeto, ainda em desenvolvimento, para suavizar o impacto desses produtos no meio ambiente e viabilizar a reciclagem. Trata-se de um sistema de troca de lâmpadas usadas pelas novas, com abatimento no preço, como acontecia com os “cascos” de refrigerantes, cerveja etc.

Assine

**Lume Arquitetura.
Para ficar entre os melhores,
só tendo acesso à melhor informação.**



A qualidade da informação de Lume Arquitetura é o que a destaca como a melhor revista brasileira para profissionais de iluminação. Textos agradáveis, de fácil compreensão, ilustrados com belas fotos e imagens, abordam assuntos técnicos e estéticos, elementos fundamentais para o bom resultado de um projeto luminotécnico. Assine Lume Arquitetura. Você vai ficar sempre muito bem informado.

Central Lume de Assinaturas

(11) 3801 3497

assinaturas@lumearquitectura.com.br

ou no nosso site: www.lumearquitectura.com.br

L U M E
ARQUITETURA

A melhor informação sobre iluminação



A escassez da energia elétrica é fruto do crescimento populacional. Não pode ser resolvida com a simples substituição das lâmpadas incandescentes por fluorescentes.

Guinter Parschalk



A substituição abrupta das lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas causaria danos aos consumidores, aos fabricantes e ao País.

Isac Roizenblatt



É fundamental criar campanhas nacionais de conscientização da população para a substituição das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes.

Alexandre Cricci



As lâmpadas econômicas são empregadas sempre que possível. A incandescente é usada por uma necessidade iconográfica e aconchego proporcionado por esta luz.

Marcos Castilha



É positivo buscar soluções para a questão da eficiência energética, desde que elas também possam proporcionar qualidade de luz e conforto para os usuários.

Rosana Saleme

O que pensam os lighting designers

Para a lighting designer brasileira Rosana Saleme, que atua em Melbourne, na Austrália, onde o uso das lâmpadas incandescentes foi proibido, a falta dessa ferramenta de trabalho não pôde ser sentida porque, segundo ela, seus projetos são para escolas, escritórios, supermercados, pavilhões esportivos. “Não atuamos no setor residencial o qual a meu ver será o mais afetado com a proibição”, afirmou.

Na opinião de Rosana, as lâmpadas fluorescentes compactas são econômicas, mas, deixam a desejar no que se refere à qualidade da luz. “Mesmo que hoje a indústria tenha disponibilizado FLCs menores, com temperaturas de cor mais quentes e dimerizáveis, tais lâmpadas ainda não podem ser utilizadas em qualquer aplicação”, declarou. “É positivo buscar novas soluções para a questão da eficiência energética, desde que elas também possam proporcionar qualidade de luz e conforto para os usuários”, completou.

O arquiteto e lighting designer Marcos Castilha, de São Paulo, afirma que, para alguns usos, as lâmpadas de filamento são insubstituíveis, como ambientes que requerem suavidade ou sofisticação, uso do dimmer com intenções de rebaixamento da temperatura de cor ou em locais onde a percepção de cores é muito necessária. “No âmbito do lighting design, as lâmpadas econômicas já são empregadas sempre que possível. Quando utilizamos uma incandescente convencional, geralmente, é por uma necessidade iconográfica aliada ao aconchego proporcionado pelo tipo de luz que ela fornece”, disse. [Leia também nesta edição, na seção Opinião, artigo sobre o tema, assinado pelo lighting designer português zéNuno Pinto Sampaio]

E nós com isso?

Numa análise rasa sobre o que causou o desastre ambiental que o mundo vive hoje, pode-se concluir que ele é efeito de cerca de cem anos dedicados à produção de bens de consumo, da “evolução” inaugurada com a revolução industrial, no início do século 20. Não faz muito tempo que “mato” significava atraso.

É também fácil entender que um século de poluição não será revertido em pouco tempo. E não adiantam soluções que resolvam problemas imediatos, mas que não se sustentem no futuro. Nós já aprendemos a lição.

Se a substituição das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes vai contribuir com a diminuição do consumo de energia e reduzir a emissão de CO² na atmosfera terrestre, que seja feita!

Agora, o que não se pode fazer é se livrar de um problema e criar outro ainda maior. É preciso lembrar que temos de saber o que fazer com os produtos que serão substituídos, ou vamos criar montanhas de lâmpadas incandescentes, descartadas de uma hora para outra? É preciso viabilizar a reciclagem das lâmpadas fluorescentes; ou vamos esperar que elas cheguem aos aterros, poluam os lençóis freáticos, para começarmos a pensar? ◀